

O PROJETO POLÍTICO DE “GOVERNO DO JUSTO”: OS RECUOS E AVANÇOS DOS EVANGÉLICOS NAS ELEIÇÕES DE 2006 E 2010 PARA A CÂMARA FEDERAL

Leonildo Silveira Campos

Resumo: A inserção política dos evangélicos, especialmente dos pentecostais, se tornou mais visível a partir de 1985 quando a ditadura militar chegou ao fim. Até 2006, a cada eleição, crescia o número de representantes eleitos pelos evangélicos na Câmara Federal, em Brasília. O ponto alto foi a eleição de 2002. Quatro anos depois veio uma surpresa: a redução em 50% no número deles, a despeito da mobilização interna na maioria das grandes igrejas pentecostais brasileiras. Um dos motivos possíveis para aquela derrota eleitoral teria sido o envolvimento de deputados pentecostais em diversos escândalos, quando milhões de reais foram desviados dos cofres públicos. Já, na eleição de 2010 o número de deputados federais evangélicos voltou ao nível de 2002. Como explicar esses avanços e retrocessos? Esses novos números resultam da memória curta dos eleitores? Teriam sido causados pela reformulação do discurso pentecostal? Seria resultante do avanço do conservadorismo no mundo todo, e que no Brasil possibilitou a retomada de bandeiras moralistas como a condenação do aborto ou do casamento de pessoas do mesmo sexo?

Palavras-chave: religião e política; políticos evangélicos; voto evangélico; evangélicos e eleições.

Abstract: The political insertion of evangelicals, especially the Pentecostals, became more visible as from 1985, when the military dictatorship ended. Until 2006, the number of representatives elected by evangelicals for the Federal Chamber of Deputies, in Brasília, increased each year. The peak was the 2002 election, and four years later, a surprise: the number dropped by 50% despite the internal mobilization at most major Brazilian Pentecostal churches. The reduction may have been a reflection of the involvement of Pentecostal deputies in several scandals revealing that millions of reais had been stolen from the union coffers. But after the 2010 election the number of evangelical federal deputies returned to the 2002 level. How can these ups and downs be explained? Do these new figures reflect the short memories of Brazilian voters? Would this fluctuation be caused by changes in the Pentecostal rhetoric? Would it be a result of the growth of conservatism worldwide, which in Brazil led to the return of some moralist principles, such as condemnation of abortion or same-sex marriage?

Keywords: religion and politics; evangelical politicians; evangelical vote; evangelicals and elections.

INTRODUÇÃO

Circulou entre o eleitorado evangélico brasileiro, durante a campanha política que antecedeu as eleições de 2010 no Brasil, uma expressão na forma de slogan e de reivindicação: “governo do justo”.¹ Seria tal expressão a ponta de um iceberg de um processo mais amplo de reformulação do discurso e da prática política dos evangélicos, que vem se alterando ao longo de um século e meio de Brasil?

O slogan “governo do justo” foi empregado durante essa última campanha eleitoral com mais frequência por candidatos ligados a modalidades mais recentes do pentecostalismo brasileiro. Esses novos (neos) pentecostais estão situados à margem dos projetos políticos das duas maiores denominações pentecostais, a Igreja Evangélica Assembléia de Deus (AD) e a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e buscam visibilidade política própria ao lado da necessidade de defender no parlamento suas sociedades religiosas.

Talvez o uso desse slogan bem como a incorporação de seu potencial apelativo, se deva a força de sua capacidade de sintetizar uma mentalidade, que já estava em gestação no Brasil há décadas. Porém, essa mentalidade ao se tornar parte da prática política foi se inserindo nas tramas sócio-culturais já em andamento e se alterando. A sua adoção por aqueles que estão fora do domínio paradigmático da AD e da IURD pode estar expressando uma busca crescente de independência dos demais atores do campo religioso para

¹ O “governo do justo” apareceu inicialmente na propaganda de um candidato a deputado estadual, em São Paulo, de nome, Eurípedes Luiz de Souza, de Sorocaba, conhecido no movimento “Igrejas em Células G12”, que é liderado internacionalmente, a partir da Colômbia, por Cesar Augusto Castellanos, e no Brasil, pelo ex-batista, e hoje Apóstolo, Renê Terra Nova, de Manaus. Essa candidatura, a despeito do acolhimento entusiasta por lideranças carismáticas de São Paulo que atribuíram ao pastor Eurípedes o atual título de “nobreza” religiosa em voga, o de “Apóstolo”, não conseguiu sucesso. Porém, adotamos o slogan porque ele consegue expressar outras idéias, mentalidades e palavras de ordens como “homens de Deus na política”; “o Brasil é do Senhor Jesus”; ou “um homem de Deus na Presidência da República”.

com os modelos até então hegemônicos de se fazer política praticados pela AD e IURD desde o início dos anos 1990.²

Pressupomos que a mentalidade escondida por detrás do slogan “governo do justo” quer afirmar o seguinte: os rumos da política brasileira somente irão mudar quando o País se conscientizar da importância de uma ação política regulada pelos “planos de Deus” expressos na Bíblia, considerada por eles a “revelação escrita”, interpretada, compreendida e complementada por “revelações especiais”. Essas revelações e propósitos divinos são captados, privilegiadamente, pela mediação de um corpo sacerdotal formado por pastores, missionários, bispos e apóstolos.

Ora, não são necessárias muitas considerações para se perceber as enormes implicações políticas dessa mentalidade na unificação e difusão de idéias e crenças de caráter fundamentalista³ que subjazem a decisão de votar neste ou naquele candidato. Possivelmente estamos diante de um conjunto de crenças compartilhadas por aproximadamente um quarto da população brasileira, justamente aquela que se considera “povo evangélico”. Conse-

² Os candidatos a deputado federal oriundos do meio evangélico, e que foram eleitos em 2010, se comparados com os resultados da eleição de 2002 refletem o crescimento dos votos dos evangélicos tradicionais, que em 2002 elegeram 26,1% dos deputados e, em 2010 elegeram 35%; avançaram também os pentecostais que não fazem parte da IURD ou da AD, que em 2002 elegeram 10,7% deles e em 2010 23,8%; enquanto a IURD + AD, em 2002 elegeram 63% de deputados, caindo para 41,2% em 2010. Estaria por detrás desses números uma recusa a hegemonia das duas igrejas que conseguiram um maior grau de sofisticação em seus respectivos projetos políticos?

³ O jornalista Roberto Zaretsky (Le Monde Diplomatique Brasil, novembro de 2010, p.8 e 9) analisou bem o crescimento do *Tea Party* no Texas na recente campanha eleitoral norte-americana na eleição de governadores, deputados e senadores. Houve naquele Estado americano um renascimento do conservadorismo, com profundas repercussões no restante de um país que se sente ameaçado pelo perigo islâmico e comunista, ao qual é associado o Presidente Barack Obama. No Brasil essa aliança conservadora entre católicos e protestantes, que foram despertados para uma luta contra as estratégias de Lula, do PT e da candidatura Dilma Rousseff. Essa aliança conservadora impediu a vitória da petista no primeiro turno, usando com muito sucesso a rede mundial de computadores. Essa onda conservadora acabou levando consigo a eleição de muitos outros candidatos, especialmente deputados, que foram eleitos no primeiro turno.

qüentemente, como ocorreu em outras situações históricas semelhantes, quando um enorme contingente de pessoas se insere no sistema eleitoral, assim tão motivados, se torna mais fácil imaginar os resultados de um investimento político que pode até colocar em cena instituições e atores que já se encontravam nos bastidores da sociedade há algum tempo.⁴

Nesse contexto, se cristalizam a vontade e as disposições de um eleitorado motivado, que descobre algumas bandeiras comuns colocadas acima dos interesses dos inúmeros subgrupos que o compõe. Esse agrupamento se imagina e se auto-identifica como parte de “um só povo”, portador de “uma só identidade”,⁵ tornando-se assim expressão eleitoral de um potencial elogiável para uns e perigoso para outros.

As relações entre evangélicos e política no Brasil têm experimentado contínuas alterações a partir das primeiras décadas do século XIX não somente por fatores históricos, mas também decorrentes das ondas de ideologias e crenças vindas do exterior e que são depois mais ou menos aclimatadas no país. Assim houve, desde a chegada do protestantismo missionário, uma sensível evolução daquela aparente “indiferença” diante da política, tornada mais tarde uma “repulsa” por esse tipo de atividades, passando-se por uma inserção meramente regional, até o “ativo mergulho” no processo eleitoral dos dias de hoje. Tal inserção começou a ocorrer discretamente nos anos 1930, até se tornar um fenômeno social que hoje ocorre às claras, sem quaisquer tipos de pudor, e que neste momento está em plena ebulição.

O atual envolvimento dos evangélicos com a política brasileira pode ser aferido pelos milhões de votos que os “irmãos”, por questão de cidadania e dever de votar, por obediência ou sugestão dos dirigentes de suas

⁴ Quando estávamos redigindo este texto a Fundação Getúlio Vargas divulgou uma pesquisa realizadas logo após as eleições de 2010, sobre o ranking das instituições brasileiras que possuíam maior credibilidade de acordo com a opinião pública. A Igreja e as forças armadas (que ocupavam um péssimo lugar logo após a redemocratização do país), ao contrário dos partidos políticos e do Congresso, estavam em lugar privilegiado na opinião popular.

⁵ Trata-se de uma construção ideológica de uma unidade virtual que não corresponde a realidade histórica. Um caso bem apropriado para se estudar a força das ideologias religiosas sobre a decisão do voto de minorias.

igrejas, têm destinado a outros “irmãos” que são “ungidos” para o exercício da política. Estes também são conhecidos pela expressão “os consagrados homens de Deus na política” e agora, recentemente, pelos atores chamados para participar do “governo do justo”.

A inserção dos evangélicos no campo político, especialmente dos pentecostais ganhou força a partir dos anos 1980. Porém, enquanto essa inserção começava a acontecer surgiram reclamações de uma significativa parcela da população, que sob a influência do processo de secularização passou a reclamar do que considerava ser um “sinal de atraso” trazer ao controle da religião e dos clérigos uma atividade já considerada definitivamente autônoma.

Esse novo cenário tem chamado a atenção dos especialistas, provando perguntas como: Que mudanças estão acontecendo nas relações entre religião e política? De que forma os especialistas podem explicar os avanços, retrocessos e a retomada do crescimento no número de políticos evangélicos nos diversos níveis, inclusive na quantidade de deputados federais evangélicos? Como explicar a significativa redução no número de deputados federais evangélicos eleitos em 2006?

Podemos ainda acrescentar as seguintes perguntas: A retomada dos níveis de inserção alcançados em 2002, depois do desastre político dos evangélicos em 2006, teria sido causada pelo envolvimento de alguns desses representantes evangélicos em vários escândalos que abalaram o governo Lula (2002-2010)? Que explicações podemos usar numa análise comparativa do desempenho de candidatos evangélicos à Presidência da República como Garotinho e Marina Silva, com as eleições de deputados federais em 2006 e 2010? Que alterações estão ocorrendo na composição dos diversos grupos evangélicos brasileiros, em suas mentalidades e cosmovisão? Teriam os evangélicos descoberto a importância da luta política ou dos grupos de interesse e de pressão para, de uma forma messiânico-milenarista, construir o “reino de Deus” na Terra? Que conseqüências tal inflexão trouxe para o cenário político e para o exercício de uma democracia em que o voto e os eleitores, presumivelmente dirigidos de forma consciente, têm o papel de legitimação do poder das autoridades?

Nessa discussão sobre evangélicos e democracia no Brasil registramos aqui observações de Paul Freston (1999, p. 329) feitas no final da década passada: Primeira, devemos “evitar generalizações indevidas sobre um campo vasto e dinâmico”, principalmente porque, se há uma população evangélica bem acima de 20 milhões de brasileiros “seria surpreendente se não houvesse grande variedade de práticas políticas”. Segunda, é preciso responder as questões: de que evangélicos e de que modelo de democracia se fala nesse debate? Para respondê-las é necessário levar em conta, além do contexto local, a dimensão global e complexa em que os atores e debates acontecem sobre a consolidação da democracia, incluindo-se nesse debate a “expansão mundial do protestantismo popular” e suas “transformações globais”.

Às razões apontadas por Freston podemos também acrescentar as mudanças do papel da religião numa sociedade atravessada pelo processo de secularização. As tensões decorrentes desse cenário, queiram ou não seus atores, acabam por afetar a performance do religioso no decorrer de um inevitável processo de recomposição cultural ligada ao processo de desencantamento do mundo ocidental. A reação vem na forma de fundamentalismo, de explosão de movimentos centrados nas emoções e de novos movimentos religiosos que, na linguagem de Thomas Luckmann (1990), teria provocado um rebaixamento do transcendente ao nível do histórico e do cotidiano.

As implicações do processo de desencantamento são estudadas por Marcel Gauchet (2005, p.31), que se refere ao fenômeno como um processo de “historicidade do religioso”. Para ele isso tende a ocorrer na medida em que o transcendental deixa de regular o que é historicamente condicionado. Esse processo de dessacralização causa um profundo impacto racionalizante sobre as crenças e práticas dos fiéis, exercendo efeitos diretos na prática política. É assim que a tradicional interdição da atividade política para atores religiosos perde sentido, para ressurgir logo a seguir como uma atividade carregada de “ardor missionária”, que tem por objetivo a conquista para o “Reino de Deus” dos espaços supostamente sob “domínio do Diabo”. Mais uma vez o problema é como delimitar as fronteiras entre o sagrado e o profano, o território do bem e o do mal.

A seguir mais algumas observações nesta introdução. Uma primeira é que a mudança de comportamento dos evangélicos quanto à política não foi somente pendular ou de uma simples recusa da hegemonia católica no país, que a nosso ver foi sensivelmente modificada, mas não eliminada após a implantação da República por meio de um golpe de Estado em 1889. Há outros fatores. Um deles é que tais transformações na prática e na cosmovisão dos evangélicos obedecem, além das flutuações que tem ocorrido na trajetória da Igreja Católica, há também as mudanças provocadas no campo evangélico pelas transformações do protestantismo norte-americano, o qual não deve ser subestimado em sua capacidade de influenciar.

A observação seguinte se refere ao fato de que o comportamento político dessa quarta parte da população brasileira que se autodenomina “evangélica”. Esse comportamento está atrelado ao crescimento numérico, à diversidade religiosa, aos avanços e possíveis recuos do processo de secularização, ao pluralismo e a concorrência entre instituições, organizações e atores que encontraram um fácil trânsito entre os nem sempre determinados campo religioso e político. Resulta disso não somente um aumento no número de representantes evangélicos na política local, estadual e federal, mas também de uma crescente visibilidade deles na mídia. Todavia, a formação cumulativa de uma “nova” cultura política, dentro de um cenário que valoriza o clientelismo e o mandonismo, a forma evangélica de fazer política não tem trazido modificações ditadas por suas concepções de ética e moralidade.

Este texto está dividido da seguinte forma: Em primeiro lugar, há uma descrição e análise dos caminhos percorridos pelos evangélicos nesse processo de politização ocorrido na segunda metade do século XX, inclusive no Brasil. Em segundo lugar, há uma reflexão sobre a diminuição no número de deputados federais evangélicos no parlamento brasileiro nas eleições de 2006. Focaliza-se aqui que, apesar dos esforços de algumas grandes igrejas pentecostais para aperfeiçoar seus mecanismos de intervenção no sistema político-eleitoral, o fracasso eleitoral foi, embora episódico, impactante para os envolvidos no processo. Em terceiro lugar, o objetivo é avaliar, a partir

dos números de votos e de candidatos eleitos, os resultados das eleições de 2010, recentemente encerradas.⁶

1. OS CAMINHOS DA POLITIZAÇÃO DOS EVANGÉLICOS

Os evangélicos, a despeito do desejo de um pastor carioca transmitido a João do Rio (1976) na passagem do século XIX para o XX, quando afirmava: “havemos de ter muito breve na representação nacional um deputado evangélico”. Essa expectativa somente começou a tornar realidade na Constituinte de 1934, quando foi eleito o deputado federal evangélico, o pastor metodista Guaracy Silveira. Outros vieram no final dos anos 1940 e se tornaram mais comuns na década seguinte. Para esses primeiros criamos um tipo ideal: “*políticos evangélicos*”, diferenciando-os dos candidatos nomeados e de votação garantida por suas respectivas hierarquias religiosas – os “*políticos de Cristo*” (Campos, 2005a, pp. 157-186). Os primeiros políticos evangélicos não possuíam eleitorado cativo na Igreja da qual faziam parte. A eleição deles dependia da reunião de votos esparsos em muitas denominações evangélicas para completar a total necessário para a sua boa classificação e eleição.

⁶ Os números de eleitos para o cargo de Deputado Federal e o total de votos atribuídos a candidatos evangélicos, um processo ainda em andamento, inclusive a separação deles a partir de critérios denominacionais esbarrou em algumas dificuldades. Primeiro porque há candidatos que usam a pertença evangélica para conseguir votos, sem nunca fazer uma opção clara entre uma situação e outra. É o caso de Eduardo da Fonte, deputado federal pernambucano, cuja pertença é reclamada por batistas e assembleianos do Recife (é o 7º deputado federal mais votado do país tendo se reelegido com 330.520). Há suspeitas de analistas políticos de seu próprio Estado que a classificação de evangélico neste caso tem muito mais finalidade eleitoral do que qualquer outra. As listagens preparadas pela própria Câmara Federal ainda não estão prontas. Uma das listagens que usamos foi preparada pela Frente Parlamentar Evangélica, mas que privilegia muito mais aqueles evangélicos que a ela são filiados. Isto significa que o número de votos e o nome dos membros da nova bancada evangélica poderão sofrer pequenas correções, mas estamos certos de que pequenas alterações não irão mudar as tendências apontadas pelos números usados neste texto.

A participação dos evangélicos na política partidária brasileira e a visibilidade dos novos pentecostais nesse processo têm recebido crescente atenção por parte da comunidade acadêmica. Entre as publicações dos anos 90 encontramos uma contribuição de Antonio Flávio Pierucci (1996) intitulada “Representantes de Deus em Brasília: A bancada evangélica na Constituinte”; outro texto, escrito em parceria com Ricardo Mariano (1996), analisou “O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor”. No ano de 1993, Paul Freston defendeu sua tese de doutorado na UNICAMP, tomando como objeto de estudo o comportamento político dos evangélicos brasileiros no período intermediário entre a Constituinte de 1988 e o impeachment do Presidente Fernando Collor, em 1992. Pierucci e Reginaldo Prandi (1996), a partir da análise de dados levantados por eles mesmos para o Instituto de Pesquisas DataFolha, do jornal *Folha de S. Paulo*, (de agosto/setembro de 1994), apresentaram uma excelente análise da relação entre religião e voto na eleição presidencial de 1994, quando Lula foi derrotado pela segunda vez, em uma maratona que resultou em vitória na quarta tentativa, em 2002.

Em 1997, R.A. Chesnut (1997) publicou nos EUA os resultados de sua pesquisa sob o título *Born Again in Brazil – The Pentecostal Boom and the Pathogens of Poverty*, onde também se refere ao envolvimento de pentecostais na política do Norte brasileiro. Paul Freston (2008) ampliou suas investigações alcançando outras partes do mundo. Continuam pesquisando o tema, além dos já citados e outros não citados aqui, Julia Miranda (1995, 1999) e, nos anos 2000, Ari Pedro Oro (2003, 2005, 2010), Maria das Dores Campos Machado (2006), Joanildo Buriti (2006), Leonildo Campos (2005b), Alexandre Fonseca Brasil (2008).

A atual inserção evangélica dá continuidade a uma tradição acumulada desde a segunda metade do século XIX. Porém, durante e após a ditadura militar (1964-1985) as relações dos evangélicos com a política trouxeram novas características para esse processo de inserção.⁷ Daí o nosso pressuposto

⁷ Sobre o apoio dos evangélicos a ditadura militar (1964-1985) podemos citar, entre outros textos: H.B.Cavalcanti (1992); Leonildo Campos (2002); Maria Elizabeth de Aquino (2003).

que o comportamento eleitoral de 2006 e 2010 é apenas a ponta de um *iceberg*. O seu fulcro está localizado nas transformações sistêmicas ocorridas externamente e, internamente, pela dinâmica do campo. De qualquer forma, tais mutações provocaram significativas alterações no perfil do evangélico brasileiro.

Temos classificado o comportamento político dos evangélicos brasileiros em quatro fases: A fase “apolítica” ou “antipolítica”, na qual predominou uma postura contrária ou indiferente a participação do evangélico na política do País; a fase de inserção na política partidária, no final da República Velha; uma terceira, que começa com a adesão ao populismo varguista, as estratégias políticas da classe média urbana representada pelo partido político conservador, a União Democrática Nacional (UDN). Esse período se estende para os anos do regime militar (1964-1985), com uma adesão às estratégias conservadoras da ditadura militar de forças civis as quais os evangélicos se filiaram. Segue-se a quarta fase, inaugurada com a redemocratização ocorrida após 1985, passando-se pelos governos Sarney, Collor-Itamar, Fernando Henrique Cardoso e agora os dois mandatos de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010).

As duas fases primeiras foram marcadas pelo anticatolicismo. Nelas, os protestantes, como um grupo minoritário e portador de um discurso liberal, aderiram (embora veladamente) à propaganda republicana. Eles percebiam, de uma forma aberta ou às escondidas, que na implantação da República (1889) havia a possibilidade de se desbancar o catolicismo como religião oficial do Estado brasileiro. No período Vargas (1930-1945), ao medo da Igreja Católica recuperar os seus privilégios anteriores a 1889, somava-se agora o medo do comunismo. Por isso, findo o Estado populista no Brasil, as bandeiras do anticomunismo e da luta contra a corrupção, habilidosamente levantadas pelos militares de 1964, iriam atrair os evangélicos que salvo raras exceções aderiram às estratégias de um Estado calcado na ideologia da segurança nacional.

No final dessa trajetória foi importante a queda dos regimes ditatoriais de direita na América Latina, o fim do comunismo de Estado na antiga URSS e no Leste Europeu, a liberdade de imprensa, a Constituinte de 1988,

eventos que exigiram dos evangélicos a reformulação de suas estratégias de participação política. Foi o fim do período favorável ao que temos chamado de “políticos evangélicos”, que caçavam votos de igreja em igreja; e o surgimento do “político de Cristo” ou como chamam alguns, “candidato oficial”, uma nova modalidade de político que é eleito para defender os interesses de suas respectivas igrejas, denominações ou confissões religiosas, quase sempre empreendimentos midiáticos, cuja necessidade de lobbies no Congresso se tornou imperioso para suas respectivas expansões.

A chegada do protestantismo presbiteriano de missão ao Brasil comemorou os seus 150 anos em agosto de 2009. A. G. Simonton (1833-1867), e os demais missionários que desembarcaram durante ou logo após a Guerra Civil Norte-Americano, procuraram assumir uma postura não menos política, que se expressava num cruzar de braços diante das atividades políticas. Essa postura só aparentemente não-política pode ter sido por causa da condição de estrangeiros, mas eles portavam uma teologia pietista, individualista, preocupada com a salvação da alma e com a vida no outro mundo. Essa pregação estava pouco preocupada com o aspecto social. Seus missionários optaram por uma mensagem que Antonio Gouvêa Mendonça (2008) iria chamar de uma pregação do futuro no céu em detrimento do presente mundo.

A ligação entre a religiosidade e a política nos Estados Unidos provou um belo texto coordenado por Carlos Eduardo Lins da Silva (2008) intitulado *Uma nação com alma de igreja: Religiosidade e políticas públicas nos EUA*, no qual temos um belo texto de Silva: “Do alto da colina: Religião e política na história dos Estados Unidos”. Nesse capítulo ele procura desvendar as entranhadas ligações, que desde o início da colonização inglesa na América do Norte, estabeleceu-se uma separação entre religião e política. Silva ressalta o papel quase messiânico da colonização iniciada pelos puritanos, a idéia de um Destino Manifesto, a tentação que várias vezes veio à público de se fazer da Bíblia a regra ordenadora da nova sociedade. Pode-se entender então que a tarefa de muitos políticos de filiação religiosa evangélica naquele país é vista como uma participação de um antigo plano, que é o de “construir o Reino de Deus na face da Terra”. Na expressão de David Chilton (1985)

trata-se de uma restauração do paraíso por meio de um profundo programa de reconstrução cristã dos EUA e também do mundo.

Não é de se estranhar, então, que os missionários protestantes norte-americanos tenham se sentido mais do que estrangeiros no Brasil e na América Latina. No Brasil, a inserção deles se deu no período do Segundo Império, quando começavam a propaganda republicana, a intensificação da campanha abolicionista, e o estabelecimento de uma ordem econômica baseada na produção e exportação de café. As mudanças econômicas, na introdução de mão de obra européia em lugar da escrava, no comércio, nos hábitos urbanos de vida, teriam implicações no campo das idéias e da prática religiosa. Com que representações coletivas e práticas religiosas, com que impacto político, os não-católicos, protestantes, e mais tarde apelidados de “evangélicos”, se tornariam conhecidos no Brasil? Em outras palavras, que comportamento político seria típico dos evangélicos desde então? O que isso tem a ver com os atuais políticos evangélicos no Congresso nacional?

É exatamente ao redor dessa pergunta que trabalhamos neste texto. Para isso procuramos mostrar que a retórica e prática política era de um tipo quando o protestantismo tinha uma insignificante presença no campo religioso brasileiro. Mas que outros modos de ser e outras estratégias seriam adotadas mais tarde quando os protestantes ultrapassariam ao 1% da população. O que dizer então dessa mentalidade só aparentemente “apolítica” ou “antipolítica”?

A disposição de participar do jogo político, de defender os seus próprios interesses certamente resultaria em mudanças nas intenções que originalmente se expressavam em interesses “meramente espirituais” e “nada políticos”. Aliás, é sempre bom repetir que a opção pela *não participação política* na sociedade nunca deixa de ser também *uma forma de participação política*, inclusive considerada hipócrita pelos que dela participam consciente e abertamente.

Por outro lado, a visibilidade política dos evangélicos na sociedade brasileira dependeu muito da presença e sinalização da Igreja hegemônica – a Igreja Católica Apostólica Romana. Por isso, a estratégia protestante quase sempre foi, ao longo desse período, de se opor sistematicamente ao

catolicismo, atribuindo-se a ele toda a culpa pelo atraso e falta de “progresso” do país. Essa estigmatização da Igreja Católica se tornaria um argumento recorrente no discurso protestante brasileiro e que ainda permanece em alguns setores, inclusive no mais hegemônico – pentecostal – que detém mais de 75% dos protestantes brasileiros.

Daí a necessidade de se analisar tais práticas, representações e discursos de uma forma que se privilegie as transformações, no tempo e no espaço, tanto da prática como do discurso dos evangélicos tanto em nosso país como na América Latina. Como resultado dessa linha de argumentação temos advogado que os protestantes brasileiros desenvolveram *diferentes visões e distintas práticas políticas* ao longo de uma história sesquicentenária. Essa constatação torna necessário ir além da análise da prática e do discurso político dos evangélicos dos últimos 50 anos, ou o que foi publicamente expresso no decorrer das últimas campanha e eleições parlamentares de 2006 e 2010. Talvez pudéssemos começar pela análise do discurso e prática política de alguns séculos antes, e depois retornar aos tempos em que se estabeleceu na América Latina uma síntese entre religião católica e sociedade. Isto porque, o projeto ideológico, cultural, econômico, político e religioso do colonialismo ibérico era o de reconstituir no Novo Mundo uma síntese que nunca se completou e que não nem mais podia se sustentar na Europa desde o início da modernidade renascentista do século XVI.

À Igreja Católica foi dada a missão de constituir uma identidade de raça e de fé, assim como a de manter as fronteiras construídas (mesmo simbolicamente) por colonos, soldados, mercadores e padres. A colônia deveria ter as mesmas fronteiras da cristandade católica. Os seus inimigos de fé eram ao mesmo tempo inimigos do rei e da economia, representados na figura dos piratas ou dos hereges. Assim, as tentativas de alteridade, flexibilidade e de abandono das fronteiras definidas eram estigmatizadas, combatidas e punidas até com a morte. Não se via com bons olhos identidades divergentes, múltiplas e cambiantes. Os ataques franceses (século XVI), na Baía da Guanabara, e de holandeses (século XVII), no Nordeste, eram vistos como perigosos atentados à etnia, à fé católica e à identidade colonial.

Nessa pesquisa poderíamos ainda fazer referências ao conjunto de abordagens que privilegia as transformações religiosas acontecidas nos últimos 50 anos em nosso Continente. Trata-se de um período em que houve uma aceleração do processo de pluralização e globalização. No bojo desse processo histórico há, em diversos países do continente, um processo de laicização da sociedade e do Estado desde o início do século XIX. Esse dinâmico e crescente processo de secularização afeta as estruturas e o funcionamento de instituições que por séculos monopolizaram a gestão do sagrado e eram consideradas intermediárias nas relações com o Estado. Ele também provoca uma multiplicação de novos grupos religiosos, que em situação de competitividade força o surgimento de uma nova recomposição do religioso e de suas relações com o político.

É claro que a competição religiosa, como todas as outras, gera atritos, conflitos e demonstração de intolerância, assim como a visão empreendedora que se expressa em novas organizações, instituições e formas de se pregar a religião. Trata-se de descobrir meios para superar os demais competidores. A adoção de estratégias originárias no setor de marketing institucional, a geração de identidades guerreiras, e nem sempre dispostas ao diálogo, reduz a margem para o ecumenismo e para o diálogo dentro da diversidade religiosa e cultural.

Por detrás destas reflexões há um pressuposto de que o antikatolicismo, o complexo de minoria e a tendência anticultura dos evangélicos foi o elemento motivador do comportamento político dos evangélicos brasileiros nos seus primeiros 80 anos de história (1860-1940). Durante esse período eles consideravam que o mau funcionamento do Estado no período imperial, e os problemas posteriores da sociedade brasileira eram decorrentes da ligação entre o Trono e o Altar. Mas, o que dizer do atrelamento mecânico entre evangélicos e os interesses da nova direita norte-americana por meio da reprodução em nível teológico da guerra fria e da legitimidade do neoliberalismo na economia?

A solução para esses evangélicos portadores de um antikatolicismo beligerante seria levar o país a uma substituição do Estado “laico”, influenciado pela Igreja Católica, e a colocação em seu lugar de um Estado “teocrático”,

cujos poder deveria estar nas mãos de um “homem de Deus”. Esse modelo de governo (uma teocracia) seria o “Governo do Justo”. Resultou dessa crença a circulação entre os evangélicos de expressões como estas: “queremos ter um homem de Deus [um evangélico] na presidência”; “queremos o Brasil para Cristo”; “esta cidade é do Senhor Jesus, povo de Deus declare isso!” ou então o surrado slogan: “evangélico vota em evangélico”. Mas, se devemos ter um “Justo no Poder” quem definirá o indivíduo a ser incluído nessa categoria?

Não se pode negar que o discurso e a prática política dos evangélicos têm variado no Brasil e na América Latina e sido levadas ao sabor das circunstâncias e exigências históricas e sociais. Porém, o discurso sobre a ação política é ele mesmo uma forma de fazer política. Para se usar as expressões de Thereza Halliday (1996), o discurso é um “ato retórico” relacionado a uma “situação retórica”, por sua vez ligada a um obstáculo ou a algo que necessita ser corrigido. Na ótica dos evangélicos, o Brasil é um país doente e que necessita de uma intervenção divina. Os “homens de Deus” estão sendo chamados para “consertar” o que o Diabo, por meio da Igreja Católica, “estragou” ao longo dos séculos.

A partir de perspectivas das ciências sociais, usando recursos da sociologia política e da ciência política, ao lado das Ciências da Religião, Saulo Baptista (2009) escreveu uma cuidadosa e bem fundamentada tese de doutorado transformada em livro. Ele tratou do comportamento dos pentecostais que produziram as duas maiores bancadas de deputados federais evangélicos entre 1999 e 2006: a Assembléia de Deus e a Igreja Universal do Reino de Deus. Os meandros das relações promíscuas entre a “ética evangélica” e as práticas “pouco éticas” dos políticos evangélicos envolvidos em esquemas de corrupção no parlamento foram objetos de análise por parte de Baptista.

Para Baptista há uma cultura política brasileira que faz do autoritarismo, patrimonialismo e clientelismo, os traços de uma ação social de difícil superação mesmo por uma ética que se pretende arraigada em valores religiosos. Nesse sentido, afirma Baptista (2009, p. 66), há uma limitação para a influência moralizadora pretendida pelo político evangélico. O que de culturalmente novo trouxe a inserção dos “homens de Deus” no Congresso Nacional?

Essa questão, no entanto, já tem sido tratada desde as análises feitas por Pierucci e Prandi (1996) do comportamento dos políticos evangélicos no decorrer da Assembleia Nacional Constituinte na segunda metade dos anos 1980. Pierucci (1996, p. 166), por exemplo, nos lembra que os deputados evangélicos na Constituinte “não se mostraram capazes de separar as esferas do político e da moralidade privada”. Numa outra avaliação, dessa vez por um político da IURD, Bispo Carlos Rodrigues (1998),⁸ representando o discurso moralista que elegeu vários deputados dessa Igreja, mas que também acabou voltando-se contra o próprio Rodrigues e a “orquestra política” da qual foi regente por muitos anos:

Em meio a tantas falcatruas e espertezas (que vigora na política do país) os homens e mulheres que levam o nome de Deus não se deixaram contaminar pela prática comum da corrupção. Os nossos candidatos mostraram na política, o que é verdadeiramente a ética política.

Ao *Jornal do Brasil* (29/10/01) Rodrigues afirmava: “os espíritos que atuam na política, são os espíritos dominadores, os príncipes das trevas.” No jornal de sua própria Igreja (*Folha Universal*, 18/1/98) ele já havia escrito: “o diabo está alojado dentro do Congresso Nacional criando leis injustas e erradas”. Os pastores da IURD repetiam nos seus templos, às vésperas das eleições de 2002, que não havia dúvida: “a maioria dos políticos está a serviço de Satanás”, cabendo à IURD a tarefa de liderar as forças do bem em sua guerra contra o mal, por meio do exorcismo do Congresso, privilegiando, é claro, os “homens e mulheres de Deus”.⁹

Fora do Brasil encontramos publicações sobre as relações de evangélicos com a política no México, Colômbia, Guatemala, Peru, Chile, Cuba e outros países. Textos reunidos em coletâneas por Carlos Vladimir Zambrano (2003) ou por Álvaro Cepeda van Houten (2007) chamam a atenção para

⁸ Carlos Rodrigues, hoje ex-deputado e ex-bispo da IURD teve a sua carreira eclesiástica e política identificada com as estratégias de sua ex-Igreja até 2006.

⁹ A respeito da demonização da política cf. o excelente artigo de Marcelo Tadvald (2006). Vale a pena também examinar Pierre Sanchi, IN Patrícia Birman, Regina Novaes e Samira Crespo (1997).

a irrupção de um novo tipo de pentecostalismo na América Latina, cuja visibilidade social vai além do mediático, se instalando preferencialmente no nível da política nacional, mais especificamente no parlamento. Uma excelente contribuição vem da Argentina em texto escrito por Hilário Wynarczyk (2009), que analisa as relações entre religião e política naquele país, focalizando a ação de grupos evangélicos conservadores no período de 1980 a 2001.

Na Colômbia, por exemplo, depois de décadas de perseguição aos protestantes ligados aos liberais, ressurgiu uma nova recomposição entre religião e política, no bojo da liderança neopentecostal de César Augusto Castellanos¹⁰ e de sua mulher, a senadora Claudia de Rodriguez Castellanos. Álvaro Cepeda van Houten (2007) dedica todo um capítulo às relações entre neopentecostais, mega-igrejas e novos movimentos políticos na Colômbia. Um bom espaço é dedicado às relações da Misión Carismática Internacional, fundada em 1983, e o Partido Nacional Cristiano. Predomina entre esses atores a idéia de “cristianização da política”. Houten (2007) faz uma análise comparativa do comportamento dos pentecostais na política colombiana entre 1996 e 2006.

¹⁰ O pastor colombiano Cesar Augusto Castellanos, se apresenta como líder internacional do movimento igrejas em células, modelo G12. A sua esposa Claudia Rodriguez Castellanos está em seu segundo mandato como Senadora na Colômbia. Já foi candidata à Presidência e por dois anos (2004-2005) embaixatriz de seu país no Brasil. Castellanos mesmo foi eleito deputado federal para a atual legislatura. O Modelo de Igreja Celular G12 aplica às igrejas uma estratégia de crescimento de comunidades religiosas baseado na fragmentação de unidades maiores e a multiplicação de pequenas células com no máximo 12 pessoas. Semelhante ao marketing de rede, que fez da empresa norte-americana Amway um sucesso no mercado de cosméticos e produtos de limpeza, esse Grupo propõe, e com sucesso, a multiplicação de evangélicos carismáticos a partir das relações face-a-face como estratégia alternativa as tentativas de expansão midiática. O uso da Internet está ganhando intensidade na ligação do individual, com o coletivo no formato de pequenas comunidades face-a-face e comunidades virtuais. A campanha política de evangélicos brasileiros em 2010, por exemplo, no apoio à candidatura de Marina Silva (terceira colocada com mais de 20 milhões de votos) usou com notável desenvoltura a Internet no primeiro turno das eleições presidenciais.

No México também há estudos sobre as relações entre religião e política. Entre outros textos citamos a coletânea coordenada por Joseph Ferraro (2000), onde há um capítulo de Carlos Garma Navarro, que trata das relações das igrejas pentecostais com o Estado e com os partidos políticos no México. Navarro (2004), em outro texto também examinou as relações entre pentecostais com os partidos políticos e Estado mexicano. Em um texto muito atual Gilberto Alvarado López (2006) analisou pentecostalismo e política, dedicando um capítulo ao comportamento pentecostal em diversas eleições mexicanas. Alfonso Pérez-Agote y Jose Santiago (2008) também editaram uma coletânea com estudos sobre religião e política numa Espanha que experimenta um significativo momento de laicismo e de secularização, com reflexos políticos nem sempre analisados. Elio Masferrer Kan (2009) no estudo de religião, política e diversidade no México também tem dedicado atenção especial ao pentecostalismo e política.

Há também teorias de que a chegada dos pentecostais à política tem muito a ver com a busca de uma identidade religiosa sólida em um contexto de fluidez dos valores, ou seja, de recrudescimento do conservadorismo. Nesse caso valorizam-se também o esforço de reafirmação dos valores familiares diante das “ameaças” dos movimentos feministas, de liberdade para o aborto, da criminalização da homofobia, da aprovação de casamento entre pessoas do mesmo sexo. Tal como o fundamentalismo propõe, os políticos neopentecostais, se organizam para a defesa dos valores ameaçados pela “corrosiva” modernidade.

Há outro ponto a ser considerado justamente por estar ligado a presença ideológica e teológica do protestantismo norte-americano entre os evangélicos brasileiros. Nos EUA, na segunda metade do século XIX, um paradigma escatológico, o pós-milenismo, continuava exercendo influência tal como no início da colonização. Esse paradigma dizia respeito ao papel da ação humana na construção do Reino de Deus no período anterior a volta do Messias Jesus à Terra. O movimento do “Evangelho Social”, surgido nos EUA no início do século XX, propunha uma participação ativa dos cristãos

na construção de uma sociedade que fosse a mais perfeita possível, isto é, seria a construção do céu aqui na Terra. Essa idéia foi perdendo força no decorrer da Primeira Grande Guerra, e não a recuperou a sua importância, mesmo na “versão marxista” que foi a “Teologia da Libertação”. O novo paradigma triunfante se tornou conhecido como pré-milenismo, isto é, depois de um período de deterioração da vida na Terra, Jesus volta, implanta um milênio de paz, amor e igualdade, seguindo-se depois a derrota definitiva das forças do mal. O fundamentalismo e o pentecostalismo serão os grandes beneficiários dessa perspectiva teológica. Que sentido há em fazer política se tudo está destinado à destruição?

Esses dois paradigmas têm significativas implicações para uma ética social e política. Isto porque, se o Messias volta e implanta o seu reinado na Terra, como pregam os pré-milenistas, caberá aos fiéis apenas o proselitismo messiânico-milenarista e o cruzar dos braços à espera do fim. Tal postura reforça a passividade, até porque, tudo o que os fiéis fizerem pelo sucesso desta ou daquela política, pela justiça social ou pelo equilíbrio ecológico, de nada adianta. O mundo está destinado a não dar certo. Essa é, sem dúvida, uma visão de mundo pessimista quanto à participação humana no apressamento e concretização desse Reino. Os adeptos do pós-milenismo são mais otimistas quanto às possibilidades de reconstrução da sociedade humana. Logo, trabalhar dentro desta ou daquela ideologia e prática política é também participar do esforço de se criar um céu aqui na Terra.

Porém, se essas mudanças na visão teológica norte-americana explicam o porquê do alheamento político dos protestantes históricos e dos pentecostais tradicionais, não conseguem por sua vez explicar como se deu a passagem do pentecostalismo de uma postura “anti-política” para uma imersão total nas lutas partidárias e eleitorais, como temos visto nas principais igrejas neopentecostais brasileiras. Esse embasamento da teologia dos evangélicos brasileiros também se dá na medida em que princípios teológicos praticados nos EUA são importados no Brasil, junto com a ideologia da segurança nacional, o combate da Teologia da Libertação e do ecumenismo. Trata-se

da “Teologia do Domínio”,¹¹ um conjunto de idéias partilhadas pelos teólogos David Chilton (1987), Gary North (1989, 1991) e outros alinhados ao *Christian Reconstruction Movement*.

Um livro contendo um comentário do Apocalipse de David Chilton (1987) recebeu o significativo título de *Days of vengeance*. Nesse e em outros livros, Chilton pergunta se a Bíblia ensina os cristãos a esperar a vitória ou a derrota neste mundo. Para ele, não há dúvidas, pois, se Jesus é rei dos reis e o senhor dos senhores, o cristão está destinado à vitória. Por isso, o último da Bíblia, Apocalipse, é um livro que trata do domínio de Jesus sobre o mundo. “Ele não nos fala do poder do anticristo ou o quão poderoso é o diabo. Ele nos fala que o reino deste mundo se tornou o reino de nosso Deus e seu Cristo.” Portanto, Cristo que está no controle da história do mundo não somente reina como levará o seu povo a reinar com Ele para sempre.

Todavia, os cristãos se entregaram ao que Chilton chama de *pessimillennialism*, pois acreditam que Satã domina a Terra e não Jesus Cristo. Por isso eles precisam se converter e adotar uma *eschatological optimism*, retornando assim à fé dos puritanos (1630-1660) que colonizaram partes das colônias inglesas da América do Norte. Na vida prática esse pessimismo se descuidou de formar lideranças, principalmente lideranças políticas que pudessem atuar de uma forma reconstrutora na política e na sociedade norte-americana.

Outro autor importante, e que tem influência sobre a prática política evangélica conservadora, nos EUA e Brasil, é Gary North (1987, 1989, 1991). Ele tem sido o mais prolífero dos autores ligados ao *Christian Reconstruction Movement*. Em seu texto *Liberating planet Earth*, North assim o introduz:

¹¹ Geórgia Daphne Sobreira Gomes (2010) ao estudar em sua tese de doutoramento na PUC-SP o poder da Igreja Universal do Reino de Deus deu uma significativa importância aos textos de Gary North e David Chilton (1951-1997). Esses dois autores escreveram muitos textos teológicos, econômicos e políticos, apontando para o reinado que Jesus Cristo exerce sobre os EUA. Tratando-se, portanto, de um país cristão e que deve ser governado pelas regras da Bíblia. North e Chilton se reuniram no “Movimento de Reconstrução Cristã” que reivindica a soberania de Jesus Cristo sobre a política e economia daquele país. Nesse caso, a inserção dos fiéis na política é para reivindicar o poder de Jesus que deve ser absoluto e inquestionável. Cf. www.christianreconstruction.org.

“[...] este livro não é um guia para os cristãos sobre a forma de escapar das responsabilidades neste mundo. Deus não nos chamou para abandonar as responsabilidades terrenas. Ele nos chama para exercer o domínio sobre todos os aspectos da Terra em seu nome, para sua glória e sua lei.”

Em outro trecho do mesmo livro North (1987, p.25) afirma que a Igreja perdeu espaço na sociedade norte-americana. Agora, uma vez perdido, a única “maneira de recuperar o terreno perdido é se envolver na ordenação dos governos da Terra, incluindo-se o governo civil.” Para North a missão de Deus e dos cristãos na Terra é “cortar a cabeça do Estado, fazê-lo ferrenta da religião e de Deus”. O pensamento desse Movimento se volta contra as esquerdas, marxismo e até mesmo aos Estados de bem estar com a promessa de cuidar e dar apoio aos cidadãos desde que eles nascem até quando morrem. Este é o Estado do Bem Estar, que para atingir suas metas estabelece pesados impostos. Logo, o caminho é deixar que a liberdade de mercado corrija as desigualdades, promovendo o progresso e a melhora das condições de vida das pessoas.

Para North e seus colaboradores quando os puritanos chegaram à América Deus fez uma aliança com eles baseada no livro de Deuteronômio 8.19-20. Mas, o povo americano quebrou essa aliança desde os primeiros anos da Independência, permitindo o estabelecimento do pluralismo religioso e político. Por isso, os cristãos crêm que o Senhor dos EUA é Deus e Jesus Cristo, porém, esse mesmo cristão americano não explicita na vida prática e política essa crença, justamente por causa do “humanismo secular”. Para ele é um contra senso os políticos não mencionarem explicitamente essa verdade em seus projetos de governo. A causa disso é a adoção de uma “teologia do pluralismo político”, que segundo ele, domina a teologia pública norte americana de nossos dias. O pluralismo é “uma teologia, é a religião civil norte-americana”.

A inserção dos novos pentecostais brasileiros na política tem muito a ver com os propósitos presentes na teologia do *Christian Reconstruction Movement*. Para os nossos políticos como para os teólogos reconstrucionistas norte-americanos, entre eles North (1991), “a Bíblia dá a Igreja cristã a autoridade para reivindicar a autoridade de Cristo sobre a sociedade como

um todo, incluindo-se a política e a economia”. Baseados nessa visão, igrejas evangélicas pentecostais ou carismáticas brasileiras pensam, projetam e participam de campanhas eleitorais, dando assim continuidade as suas práticas exorcistas, de cura e de pregação de uma religião americana que insiste em ser a verdadeira versão da religião cristã.

Há um texto bíblico usado para fundamentar essa inserção na política e foi inclusive repetido na campanha eleitoral de 2010, extraído de Provérbios 29.2: “Quando se multiplicam os justos o povo se alegra; quando, porém, domina o perverso o povo geme”. O projeto se chamou “Eliezer – 318”, um nome formado por letras as quais se dão valores cabalísticos, resultando no número 318. Esse número serviu de base para desafiar pessoas na Igreja Águas,¹² em que 318 pessoas escolheriam 12 eleitores dentro da Igreja e 8 de fora, formando uma espécie de corrente comprometida a votar no candidato. Os cálculos garantiam que ele teria 97.904 votos, o suficiente para elegê-lo. Divulgados os resultados das urnas o candidato teve apenas 23.562 votos.

Não temos conhecimento de outra inserção do Apóstolo Bertoni na política. Mas, este seu envolvimento com a candidatura do Apóstolo Eurípedes, lançada ele e outros “Apóstolos”, que usou inclusive o nome de uma entidade pouco conhecida em São Paulo: “Governo dos Doze do Estado de São Paulo”, é um bom exemplo da maneira como se articula o discurso eleitoral de alguns setores do pentecostalismo brasileira.

No discurso dessa candidatura emblemática podemos perceber as ligações com a prática e o discurso da direita religiosa norte-americana. Em sua propaganda via Internet, recurso usado preferencialmente pelo grupo que o lançou, o candidato foi apresentado como líder de três mil pastores no

¹² Igreja Águas – Apostólica e Profética, foi fundada em 1996, por Osvaldo Bertoni e sua mulher Alice, ambos saídos da Igreja Presbiteriana Independente, com passagem pela Igreja Apostólica Renascer em Cristo, para finalmente fundar a Igreja Evangélica Manancial. Logo em seguida, por “revelação divina” essa Igreja mudou o nome para Igreja Apostólica e Profética Mover das Águas, se fixando, finalmente, no nome atual. Seus fundadores tem profundos vínculos com o novo pentecostalismo brasileiro, particularmente com Renascer, o movimento religioso mantido por Renê Terra Nova em Manaus e o movimento de igrejas em células G12, liderado por Cesar Augusto Castellanos, da Colômbia.

Estado, 1200 igrejas locais e que “400 mil discípulos no Estado [estariam] debaixo de sua cobertura apostólica” (idéia de domínio). Um dos emails, usados para a propaganda política do candidato foi endereçado “Aos Reverendos, Bispos, Pastores e Irmãos” de São Paulo, usando uma linguagem onde se procura apresentar os motivos que os levaram a apoiar a candidatura do Apóstolo Eurípedes:

As razões pelas quais o Apóstolo Eurípedes pretende ocupar uma cadeira na Assembléia Legislativa do estado de São Paulo são muitas, mas a principal delas é o *poder de governar* priorizando o bem estar e dignidade da vida para a população, *de forma honesta e transparente*, através do GOVERNO DO JUSTO que beneficiará e abençoará a todos habitantes de São Paulo *honrando* o seu chamado para mais este desafio” (<http://apostoloeuripedes.com.br>, capturado em 31/8/10, 18h42).¹³

Essa mensagem, cujos itálicos são nossos, mas as maiúsculas são de seu autor, pedia para todos que estavam ligados a “Visão Celular” se cadastrassem pelo site www.visaom12ap.com.br. As afirmações assinadas pela “Equipe Estadual no Modelo dos 12 de São Paulo” tentaram convencer os eleitores com expressões como: “Honrar a Deus é o nosso objetivo e honrar os nossos líderes é a nossa aliança”. Reconheciam também que “se nós conseguirmos convencer você, e você convencer a outro e a outro convencer, podemos juntos evitar que Visão Celular espere por mais 04 anos. Pense nisso!!!”

O discurso dessa Equipe ressoa também em políticos ou ex-políticos ligados a Igreja Universal. O ex-deputado e ex-pastor da IURD, Paulo de Velasco,¹⁴ hoje ligado a uma Igreja Presbiteriana em Brasília, em entrevista a Geórgia D. S. Gomes (2010) afirma:

¹³ Os itálicos são nossos e servem para apontar a incorreta identificação que se faz entre o nível executivo e legislativo, atribuindo-se assim, a uma simples representação numa câmara federal ou estadual, mais poderes do que a realidade confere ao possível representante. Já a expressão “Governo do Justo” em caixa alto foi grafada dessa forma pelos próprios autores do documento e refere-se a um projeto político que talvez em próximas eleições venha a ter uma presença maior no cenário político nacional.

¹⁴ Paulo De Velasco, em entrevista dada a Geórgia D. S. Gomes (2010, p. 130) no dia 5.10.2008 .

Ninguém foi mais político do que o Senhor Jesus. [...] Deus é o rei. Quem é rei é quem detém o governo. Quem é que detém o governo hoje? É o político. [...] Se queremos melhorar uma sociedade a igreja, seja ela qual for, tem que estar engajada no processo político (...). Deus, desde os tempos do Deuteronômio tinha projetos políticos.

Este rápido passeio pela trajetória percorrida por evangélicos brasileiros, mais de corte pentecostal, nos permite entender tanto a motivação teológica usada pelas lideranças evangélicas para entrar na política como também para enfrentar dissabores produzidos por eventuais derrotas eleitorais.

2. AS ELEIÇÕES DE 2006: UM “DESASTRE” PARA A BANCADA EVANGÉLICA NO CONGRESSO.

Os evangélicos chegaram às eleições parlamentares de 2006 cheios de planos e esperança. A meta era ultrapassar os 100 deputados em um universo de pouco mais de 500 deles. Saulo Baptista (2009) nos mostra o otimismo que estava embutido no Projeto político, que estava sendo colocado em prática pela AD no Brasil.

O impacto dessas eleições sobre os evangélicos já foram estudados em *Debates do NER* (2006), logo após aquele pleito. Poderíamos fazer referência a todas elas. Recordemos dos textos de Mauro Meirelles (2006) sobre o desencantamento provocado no campo religioso pelos resultados colhidos pelos evangélicos que se sentiram derrotados naquelas eleições; de Marcelo Tadvald (2006) sobre o papel da demonização da política no discurso e prática dos evangélicos; e, a discussão proposta por José Rogério Lopes (2006) sobre a complicada inter-relação entre as esferas política e religiosa no que tange à ética, sem dúvida, um elemento muito forte e frequente na retórica evangélica nos últimos 25 anos de política brasileira.

Esse debate sobre a “ética”, “honestidade” e “moralidade” dos políticos evangélicos trouxe palavras que sempre estiveram presentes no discurso dos evangélicos de um modo geral. Nos dois mandatos de Lula (2002-2010) esses termos ganharam uma força especial, justamente por causa do envolvimento

daqueles políticos que sempre se intitularam “honestos” e “éticos” e agora foram apanhados em pelo menos dois escândalos de desvio de dinheiro público: “Mensalão” e “Sanguessuga”. As denúncias do envolvimento de deputados evangélicos (principalmente da IURD e Assembléia de Deus) tiveram uma ampla divulgação na mídia. A Polícia Federal tentou ser rápida nas prisões. Entretanto, na esfera do judiciário essa rapidez não aconteceu. As denúncias foram divulgadas, por exemplo, pelos jornalistas Andrei Meireles e Rafael Pereira (2006) em seu blog da seguinte forma:

Na lista das sanguessugas estão presentes 28 dos 60 integrantes da Frente Parlamentar Evangélica. Outros sete ex-deputados evangélicos também estão sob suspeita de envolvimento no esquema. O número mais impressionante se refere à bancada ligada à Igreja Universal do Reino de Deus: 14 dos 16 deputados são investigados. Ex-coordenador da Universal no Congresso Nacional, o ex-deputado Bispo Rodrigues renunciou para evitar a cassação no escândalo do mensalão. Agora, foi denunciado à Justiça Federal como um dos principais operadores da máfia das ambulâncias.

Fazendo referência ao depoimento do denunciante Luiz Antonio Vedoin, Meireles e Pereira reproduzem a fala de Vedoin

afirmou que a servidora pública Adarildes Costa, conhecida como Ada, era a operadora da Universal entre as sanguessugas. Ela é da Igreja Batista, foi assessora do Bispo Rodrigues e tinha as senhas dos deputados para acessar o sistema on-line do Ministério da Saúde. Era ela, segundo as acusações, quem decidia onde seriam aplicados os recursos das emendas ao Orçamento.

A redução de votos dos candidatos evangélicos, em 2006, e a divulgação dos escândalos, tiveram a nosso ver uma relação direta. Por sua vez, as lideranças pentecostais, que tinham trabalhado com muito afinho para aumentar significativamente a presença evangélica na Câmara Federal, ficaram surpresas e o desastre eleitoral golpeou seus ânimos. Todavia, tal fato não impediu que o trabalho de rescaldo e a retomada dos objetivos para as eleições seguintes fossem reiniciadas.

Números coligidos por Saulo Baptista sugerem o tamanho do desastre eleitoral de 2006:

Quadro 1 – Comparação de votos dados a candidatos da IURD e IAD (2002-2006)

Igreja	Votos 2002	Votos 2006	Diferença
Assembléia de Deus	1.691.015	1.487.551	- 203.464
Igreja Universal	1.606.315	573.981	- 1.032.334
Total	3.297.330	2.061.538	- 1.235.798

Fonte: Saulo Baptista (2009)

Esses números talvez tenham sinalizado o fim de uma forma dos pentecostais fazerem política no Brasil, quer seja por meio da prática do “voto de cabresto”, da manutenção do “curral eleitoral” ou do uso de templos para campanha política. Que recado os eleitores teriam passado para aquelas lideranças pouco preocupadas com os eleitores e seus mecanismos de controle dos políticos por eles votados? Será que novos valores, como consciência, cidadania ou compromissos éticos e morais estariam vindo à tona, exigindo uma maior ligação entre os eleitores e seus eleitos? Estaria em curso a perda de eficácia de um modelo de participação política dos evangélicos no Brasil? O discurso neopentecostal da IURD teria entrado em colapso nas últimas eleições?

Ari Pedro Oro (2010) tem discutido algumas dessas questões em seus escritos. Em um deles, *Ascension et déclin du pentecôtisme politique au Brésil*, Oro analisou os reflexos daqueles escândalos nos votos de 2006. Em outro texto (Oro, 2005) traçou a trajetória política da IURD. Mas, será que aquela derrota teria sido apenas episódica ou ela estaria sinalizando um declínio da fórmula de se fazer política por parte das cúpulas da Assembléia de Deus e da IURD? Temos a impressão que os resultados de 2006, se lidos à luz das eleições de 1990 e 2010, poderão oferecer melhores parâmetros para nossas observações. Pode ser também que os analistas de 2006 não tenham levado em conta a criatividade e rapidez que os pentecostais têm demonstrado na elaboração de estratégias para sobrevivência de seus projetos.

Na verdade, a eleição de 2006 reduziu o índice de crescimento de deputados eleitos pela IURD desde a eleição de 1986, quando o Bispo Roberto

Augusto Lopes (que depois abandonou a IURD) foi eleito para a Assembleia Nacional Constituinte. A IURD elegeu 3, em 1990; 6, em 1994; 14, em 1998; e 17, em 2002. Desde então tem se mantido nos padrões de 1994.

O Quadro 2 nos oferece uma visão diacrônica e permite a comparação dos resultados obtidos pela IURD em sete eleições consecutivas para a Câmara Federal.

Quadro 2 – Deputados federais eleitos pela IURD.

Ano da eleição	Número de deputados eleitos
1986	01
1990	02
1994	06
1998	14
2002	17
2006	06
2010	07

O que teria causado essa queda até agora irrecuperável da velocidade com que a IURD operava até 2006? Teriam sido as denúncias da participação de seus representantes em esquemas de corrupção, que acabaram afetando o resultado da eleição de deputados federais evangélicos. Esse fracasso teria sido causado por contradições internas ainda não resolvidas e que pairam no campo religioso brasileiro?

Insistimos na idéia de que é preciso inscrever o episódio de 2006 num quadro mais amplo, em uma história que começa com a escolha de deputados constituintes em 1986, quando os evangélicos elegeram, após uma intensa mobilização, 33 deputados, que também funcionaram como constituintes. Já naquela época uma boa parte da “bancada evangélica”, ligada ao “Centrão” foi envolvida em denúncias de corrupção, particularmente por causa das propinas pagas para os deputados votarem no aumento de um ano de mandato ao Presidente Sarney.¹⁵

¹⁵ CEDI, Aconteceu no mundo evangélico, Suplemento n. 3 da revista Tempo e Presença, agosto de 1990.

No decorrer da campanha eleitoral subsequente, de 1990, já dentro dos limites colocados pela Constituição de 1988, o jornal ecumênico *Aconteceu no mundo evangélico* depois de oferecer relatório sobre a atuação na Constituinte dos deputados evangélicos perguntava: “Estes (32) querem voltar: será que devem?” Houve naquela eleição uma renovação da Câmara Federal da ordem de 63%. Dos 18 pentecostais não voltaram para Brasília 11 deles, inclusive o Bispo Roberto Augusto Lopes que, ao lado de Edir Macedo, foram os dois primeiros bispos da IURD. Naquela eleição houve um retrocesso no número de deputados evangélicos de 32 para 17 eleitos.

¹⁶ A expectativa era de um aumento de 100% na bancada e o que se viu foi uma redução em 50%. Dos 17 eleitos em 1990, 76% eram pentecostais. Note-se que essa foi a primeira frustração das lideranças evangélicas com as eleições para a Câmara Federal e isso bem antes de 2006.

No final da legislatura encerrada em 2002 havia um total de 62 deputados evangélicos, dos quais 72% eram pentecostais e 17 deles (27%) pertenciam à IURD. Em 2006 foram eleitos 30 deputados, sendo 18 reeleitos e 12 novos. Do total apenas 6 (sem contar mais 3 suplentes que depois assumiram) eram da IURD (20% deles). Na legislatura encerrada em 2006 o Bispo Carlos Rodrigues, (que renunciou em 2005) foi um dos mais ativos parlamentares da bancada evangélica. Após a sua saída os deputados iurdianos ficaram sem liderança alguma.

Rodrigues exercia um poder de liderança no sentido mais autoritário do termo. Em outras épocas gostava de assumir no site da Igreja, em entrevistas, ou na forma de escritos no jornal oficial da IURD, uma postura aparentemente ortodoxa e ética. Em uma delas Rodrigues (2002) afirmava que:

em meio a tantas falcatruas e espertezas (que vigora na política do país) os homens e mulheres que levam o nome de Deus [subentende-se a bancada parlamentar da IURD] não se deixaram contaminar pela prática comum da corrupção. Os nossos candidatos mostraram, na prática, o que é verdadeiramente a ética na política.

¹⁶ A revista ecumênica *Tempo e Presença* (n.254, ano 12, novembro/dezembro de 1990) fez um bom dossiê sobre o assunto.

Geórgia Gomes (2010:175) afirma que somente em 2008 é que os parlamentares da IURD começaram a reconstruir a imagem anteriormente atingida pelos escândalos. A atuação do Bispo e Senador Marcelo Crivela foi um ponto positivo para a IURD nesse período de “vacas magras”. Rodrigues, por sua vez, no período em que estava em alta dizia ser necessário haver “uma grande reforma espiritual na vida do povo brasileiro” (Rodrigues, 2002). Para isso os evangélicos deveriam agir no Congresso Nacional, segundo o *Jornal do Brasil* (29/10/2001), como exorcistas, expulsando “os espíritos que atuam na política”, e que são “os espíritos dominadores, os príncipes das trevas”. Em outra oportunidade, o mesmo Bispo declarou: “O diabo está alojado dentro do Congresso Nacional, criando leis injustas e erradas” (*Folha Universal*, n. 302, 18/01/1998). Para ele e seus pastores, a “maioria dos políticos está a serviço de satanás”. Essa expressão era repetida nos templos da IURD nos cultos nas semanas que precederam a eleição de 6 de outubro de 2002.

Conclui-se que para os fiéis da IURD, votar não é apenas um ato cívico ou uma ação que faz parte integrante dos direitos e deveres dos cidadãos. É também uma continuidade das ações exorcistas de espíritos malignos que os pastores e bispos realizam, semana após semana, nos seus templos no mundo todo. Daí um slogan usado na campanha eleitoral de 1998 de um deputado estadual em São Paulo, membro da IURD: “fé para mudar”. Na capa de uma fita de vídeo do candidato podia se ler expressões parafraseando os Evangelhos: “conhecereis o seu voto e o seu voto vos libertará”.¹⁷

Com os escândalos Rodrigues, um dos fundadores da IURD, renunciou as suas funções políticas, foi desligado por Macedo da condição de Bispo e passou a ser alvo de processos na justiça movidos pelo Ministério

¹⁷ Fazemos referência aqui a campanha do empresário Waldemar Alves Faria Júnior, que foi eleito deputado estadual em São Paulo, em 2002, pelo PMDB, com 170.325 votos. Algum tempo após a sua eleição, Faria Jr. entrou em rota de colisão com a direção da IURD, pouco compareceu à Assembléia naquela legislatura e abandonou a política. Fez parte de sua campanha uma fita de vídeo (VHS) distribuída aos milhares nas portas dos templos evangélicos de São Paulo. Atualmente Faria Jr. briga na justiça para obter um valor de dois milhões de reais, que segundo ele foi um empréstimo feito à IURD, e segundo a Igreja, foi um donativo para o qual não há base jurídica para devolução.

Público.¹⁸ Depois de sua renúncia, vulnerável politicamente, foi preso pela Política Federal e objeto de ameaças. As denúncias contra ele foram assim registradas pelos jornalistas Meireles e Pereira (2006):

De acordo com Vedoin, os deputados da Universal recebiam 10% sobre o valor das emendas e Ada 3%. Segundo Vedoin, em outubro de 2005, depois da renúncia de Rodrigues, Ada procurou o ex-deputado. Teria feito ameaças com um dossiê contra a Universal e exigido dinheiro para não divulgar a papelada. Segundo Vedoin, Rodrigues entrou em pânico e pediu ajuda. Para resolver a situação, o trio teria se reunido no hotel Meliá, em Brasília. Ali, teria sido fechado um acordo: Ada receberia R\$ 200 mil - R\$ 185 mil em cheques e R\$ 15 mil em dinheiro em espécie - e o Bispo Rodrigues abriria mão das comissões devidas pelo esquema.

Os jornalistas ainda acrescentam que o

Deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), um dos investigadores da CPI das Sanguessugas [que na juventude foi um guerrilheiro urbano] se diz impressionado com o envolvimento de evangélicos com as supostas falcatuas. 'A bancada da Universal atuava como uma quadrilha sob o comando do Bispo Rodrigues', afirma Gabeira. "A bancada da Igreja do Evangelho Quadrangular, liderada pelo deputado Josué Bengston (PTB-PA), dava até recibo. Segundo Vedoin, em troca das emendas, Bengston teria embolsado R\$ 35 mil e recebido outros R\$ 39 mil para construir uma igreja. "O Luiz Antônio doou o dinheiro porque gostou do trabalho da igreja", diz Bengston. "Não foi comissão." De acordo com Vedoin, em 2005 o deputado José Divino (PMDB-RJ), pastor da Universal, destinou R\$ 240 mil à compra de ambulâncias para o Serviço de Assistência Social ao Evangelho, no Rio de Janeiro. "José Divino recebeu 24 mil e o reverendo Isaías, responsável pela entidade, R\$ 12 mil", afirma Vedoin. Procurada por ÉPOCA, a assessoria de Divino disse que o deputado estava em viagem. O reverendo disse que não recebeu nada e que "as acusações são para macular a imagem do Zé Divino e da bancada evangélica.

¹⁸ Falando sobre os escândalos decorrente da participação do ex-bispo Carlos Rodrigues nos esquemas do Mensalão, Sanguessuga e de denúncias relativas a Loterj e aos bingos, Macedo disse que o afastamento de Rodrigues da Igreja e de mais 10 deputados foi um dos momentos mais difíceis para ele. Ele atribuiu a perda de votos em 2006 as denúncias de envolvimento desses deputados nos esquemas de corrupção (Tavolaro, p.221).

No decorrer da investigação sobre o escândalo das ambulâncias (o nome advém da operação montada pela Polícia Federal – “Operação Sanguessuga”) ficou claro que dos 60 deputados da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso, 28 estavam entre os investigados pela CPI. Dentre eles, 14 eram da IURD, 10 da Assembléia de Deus, dois da Igreja do Evangelho Quadrangular, um era batista e outro da Internacional da Graça. A Conferência Nacional dos Bispos (católicos) do Brasil também registrou o acontecido:

“escândalo da CPI dos Sanguessugas atingiu em cheio a bancada evangélica da Câmara. Apenas 15 dos 60 deputados que hoje compõem a Frente Parlamentar Evangélica, continuarão no cargo a partir do ano que vem. Entre os que não se reelegeram ou não se candidataram, 16 foram citados como envolvidos no esquema de compra superfaturada de ambulâncias. Mesmo com a entrada de novos deputados, a Frente Parlamentar Evangélica não ultrapassará os 40 integrantes. Uma redução significativa porque desde 2002 estava com 60 deputados e três senadores, sem contar os parlamentares evangélicos que não aderiram à frente. Adelor Vieira, coordenador da bancada evangélica, não foi reeleito. Atualmente, a Assembléia de Deus é a igreja evangélica com a maior representação no Parlamento, 22 deputados. Em seguida, vem a Universal, com 16 congressistas. Os 22 membros da Assembléia de Deus se candidataram à reeleição, mas somente cinco garantiram vaga na próxima legislatura. Entre os que não se reelegeram, dez são suspeitos de participação na máfia das ambulâncias. A Igreja Universal reagiu de maneira diferente: proibiu a candidatura de parlamentares sob suspeita. Apenas dois membros da igreja tentaram a reeleição e não conseguiram manter o mandato. A decadência da Igreja Universal no Parlamento começou quando o ex-deputado Carlos Rodrigues, líder da bancada da igreja no Congresso, foi envolvido nos principais escândalos que abalaram o país nos últimos anos: bingos, Correios e mensalão.

O afastamento de tantos deputados, especialmente de políticos ligados à Igreja Universal do Reino de Deus e da Assembléia de Deus, igrejas com tantos interesses na mídia, afetou diretamente a composição e a presença ativa de deputados na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados (CCTCI). Esse órgão tem uma

ligação direta com a legislação controladora das atividades das estações de rádio, televisão aberta e a cabo, área de especial interesse aos que possuem cadeias de rádio e de televisão. É nela que se dá a gestão da mídia no País. Vale ressaltar que no Brasil é o Estado que dá a concessão para pessoas e grupos serem proprietários de emissoras de radiodifusão e de televisão. É fácil perceber a importância de se fazer presente na forma de lobbies nesses centros de poder político. Na legislatura de 1999-2003, dos 16 deputados que formavam a CCTCI, quatro deles eram da IURD. Na legislatura seguinte (2003-2007) a representatividade da IURD subiu para 11 deputados. Reduzindo para 2 na legislatura 2007-2011.

Resta saber se o enfraquecimento de bancadas e de representações confessionais no parlamento contribui ou não para o processo de secularização da política, dos meios de comunicação de massa ou para o desenvolvimento da democracia no Brasil e na América Latina.

3. AS ELEIÇÕES DE 2010: O AVANÇO DOS NÚMEROS AO PASSADO

No período de 2007-2010 algumas lideranças evangélicas se dedicaram a reavaliação de suas estratégias eleitorais, visando a superação da derrota eleitoral de 2002. A própria Igreja Católica, segundo Gilberto Nascimento (2009), resolveu investir na formação de “seus líderes para atuar na política, e concorrer com os evangélicos e se fortalecer no Congresso”. Para isso, a ICAR criou cursos em várias partes do Brasil, oferecendo aos leigos, de acordo com Nascimento, temas como “história da Igreja, política, economia, direitos humanos e noções de bioética.” Os cursos ora em andamento procuram nessa formação de líderes na política não deixar lado sequer a “reflexão bíblica e teológica”.

É claro que a inserção política dos evangélicos no Congresso se dá de forma diferenciada da dos católicos. Os evangélicos se reúnem ao redor de grupos de interesse. O mais forte e representativo deles é a Frente Parlamentar Evangélica (<http://frenteparlamentarevangelica.blogspot.com/>)

cujas atividades tiveram início em setembro de 2003. Um de seus braços é o Grupo de Assessoria aos Parlamentares Evangélicos (Gape). Saulo Baptista (2009, p. 301 ss) faz uma boa análise dessa Frente que congrega quase todos os parlamentares evangélicos no Congresso brasileiro. Alguns não são membros da Frente.

A atuação católica no Congresso não se dá dentro de limites tão rigidamente estabelecidos como a ação dos evangélicos, embora a sua hegemonia na Câmara Federal seja absoluta. Na atual legislatura (2007-2010), dos 513 deputados federais, 79% deles se declaram católicos. Mesmo assim, as bandeiras da hierarquia da Igreja relacionadas ao aborto, casamento de homossexuais e política fundiária, correm riscos se depender dessa maioria. A defesa de seus interesses fica mais por conta de grupos como “Pastoral Parlamentar” (11 deputados); “Políticos pela unidade” (8 deputados); “Renovação Carismática” (5 deputados) e “Pastoral da Juventude” (1 deputado) e não de uma bancada organizada. Na lista elaborada por Nascimento constam apenas dois padres-deputados. Porém, na lista dos evangélicos constam muitos membros da hierarquia das igrejas, especialmente, pastores e bispos.

Antes das eleições de 2010 havia uma apreensão por parte dos pastores, bispos e apóstolos pentecostais quanto aos números a serem atingidos. Por exemplo, na convocatória de neopentecostais para a campanha do Apóstolo Eurípedes (veja nota de rodapé nº 1) os promotores da campanha, apesar da crença na “escolha divina”, no “ato profético” ou na sua “unção divina”, em nenhum momento se deixaram contagiar pelo “já ganhou”. Inclusive na carta enviada para outras lideranças evangélicas uma frase final chamou-nos a atenção: “podemos juntos evitar que a Visão Celular espere por mais 04 anos.” Teria sido uma precaução?

No entanto, mesmo entre os acadêmicos havia a hipótese de que o pentecostalismo político, por causa da derrota de 2006, estaria entrando em declínio. Ari Pedro Oro (2010) ofereceu estimulantes considerações a esse respeito. Mas, o pentecostalismo parece ter surpreendido os seus analistas, pois, o número de deputados federais eleitos em 2006 foi dobrado na eleição de 2010 e poderá aumentar ainda mais na medida em que os eleitos forem se identificando e se associando à Frente Parlamentar Evangélica.

Após a divulgação dos eleitos pelo respectivo tribunal regional eleitoral pudemos montar quadros para expor, de uma forma organizada, a votação dada aos deputados federais evangélicos: ¹⁹

Quadro 3 – Presença evangélica na Câmara Federal (pentecostais)

Igreja	Nº Deputados eleitos	Total de votos 2010
Assembléia de Deus	19	1.774.743
Igreja Universal	07	652.283
Cristã no Brasil	01	270.661
Internacional Graça	03	255.754
Sara Nossa Terra	1	150.616
Evangelho Quadrangular	4	364.330
Maranata	1	82.832
Renascer em Cristo	1	98.842
Avivamento da Fé	1	211.855
Mundial do Poder de Deus	1	160.813
Nova Vida	1	138.811
Brasil para Cristo	1	70.611
Total	41	4.332.151

¹⁹ O total de deputados federais recém-eleitos classificados como evangélicos pela Frente Parlamentar Evangélica ainda está em andamento (início de novembro de 2010). Isto porque, há recursos que estão sendo julgados pelos tribunais eleitorais por alguns candidatos que constam da relação dos que tem “ficha suja” ou algum outro problema a resolver com a justiça eleitoral. Se alguns deles forem cassados, com certeza, o ranking dos evangélicos eleitos pode eventualmente sofrer mudanças. Por isso, é importante verificar que há 27 candidatos evangélicos, que ocupam as suplências, e poderão ser chamados. Na 1ª suplência há 1 da Assembléia de Deus; 2 batistas; 1 presbiteriano; 2 da IURD e 2 da Maranata. Na segunda suplência, com alguma chance de serem chamados: 2 da Assembléia de Deus e 4 da IURD. A Assembléia de Deus e a IURD têm nas 5 suplências, 9 candidatos cada uma. O Bispo Geraldo Tanuta, da Igreja Renascer, candidato a reeleição está em 23º como suplente, com chances remotas de ser chamado no decorrer da legislatura que se inicia em 2/2/2011 (www.frenteparlamentarevangolica.org.br)

O Quadro 3 permite comparar dados de diversos movimentos religiosos. Nele a Igreja Universal está em relativa desvantagem em relação aos demais grupos religiosos nas últimas eleições. A elevada quantidade de candidatos da IURD que alcançaram somente a suplência e a redução no total de votos dados aos candidatos eleitos indica ter havido uma queda na fidelidade do eleitorado iurdiano, antes cativo das decisões tomadas pelos bispos. O ex-Bispo Rodrigues, em depoimento dado na CPI dos Bingos afirmou a respeito do processo tradicionalmente usado pela IURD para escolher os seus candidatos que “[...] o cidadão é quase que ungido pelos bispos para ser representante. O ungido não tem que falar nada; só tem que aceitar a unção”.²⁰

Quadro 4 – Comparação entre votos dados a IURD e AD

Igreja	2002	2006	2010
Assembléia de Deus	1.691.015	1.487.551	1.774.743
Igreja Universal	1.606.315	573.981	652.283
Média de votos/cand.	80.422	114.529	93.347
Total	3.297.330	2.061.538	2.427.026

O Quadro 4 permite percebermos quantos votos a IURD perdeu de 2002 para 2006. Exatamente 1.032.334, enquanto o acréscimo de 2006 para 2010 foi apenas de 78.302 votos. No Quadro 5 podemos notar que dos 17 deputados eleitos em 2002 houve uma queda para 6 em 2006, com o acréscimo de apenas mais um em 2010. Por isso a IURD pode ser considerada a grande perdedora na escolha de seus deputados federais. O único sucesso dessa Igreja nas duas últimas legislaturas do Congresso Nacional foi a reeleição do Bispo Marcelo Crivela para o Senado, no Rio de Janeiro. Sobrinho do Bispo Macedo, líder máximo da IURD, Crivela termina o seu primeiro mandato em 2010. Nas eleições desse ano Crivela foi reeleito para um mandato de mais oito anos, com 3,33 milhões de votos.²¹

²⁰ Disponível em <http://webthes.senado.gov.br/Bin/gate.exe?> acesso em

²¹ Em 2002 Crivela se elegeu para o Senado pela primeira vez com 3,24 milhões de votos, derrotando políticos experimentados como Leonel Brisola e Artur da Távola. Oito anos depois consegue não somente se reeleger como aumentar em cerca de 100 mil votos.

Ao completar o seu primeiro mandato (2003-2010) Crivela já contava com 36 projetos aprovados no Senado e que estavam em tramitação na Câmara. Logo após a eleição, vitorioso Crivela declarou (www.marcelocrivela.com.br): “Estou feliz com o resultado da eleição. Pretendo [agora] me dedicar integralmente à campanha da ministra Dilma. O Brasil não pode abrir mão da continuidade do governo Lula, e só ela é capaz de comandar esse processo.” É interessante que, até as vésperas das eleições de 2002, a IURD era adversária ferrenha de Lula e do PT. Edir Macedo conta em sua biografia autorizada que chegou a pedir desculpas ao Presidente pela postura anterior (Tavolaro, p. 220).

Quadro 5 – Comparação no nº de deputados eleitos

Igreja	2002	2006	2010
Assembléia de Deus	24	12	19
Igreja Universal	17	6	7
Quadrangular	4	2	4
Internacional Graça	1	2	3
Outras pentecostais	2	4	8
Evangélicas tradicionais	17	16	22
Total	65	42	63

Os assembleianos, pois, a Igreja Assembléia de Deus (AD) na verdade é um conglomerado de grandes blocos independentes entre si (por exemplo, há o Ministério de Belém e o Ministério de Madureira), conseguiram reverter os maus resultados de 2006, retornando à marca próxima a que foi alcançada em 2002.²² Também os Quadros 4 e 5 apontam para melhores resultados do que foi obtido em 2006 pela AD no que se relaciona ao total de votos. Em 2010 seus candidatos eleitos tiveram 83.728 acima de um total de 2002. Os grupos religiosos que levaram vantagem em relação a 2006 foram aqueles pentecostais que não fazem parte das duas Igrejas mais estudadas: a IURD e a AD. Essas outras igrejas pentecostais elegeram 7 deputados em

²² Sobre as complicadas relações internas entre os assembleianos sugerimos o exame do livro de Alencar (2010).

2002, aumentaram para 8 em 2006 e elegeram 15 deputados em 2010. Os candidatos dessas igrejas pentecostais atraíram um total de 1.805.125 votos contra 2.427.026 votos dos candidatos da IURD e AD. Estariam os eleitores mais propensos a prestigiar os candidatos de suas próprias igrejas e menos os que foram objeto de escolha por parte dos que controlam os projetos políticos dessas grandes igrejas? ²³

Por sua vez os evangélicos tradicionais tinham 17 deputados em 2002, perderam 1 em 2006 e subiram para 22 em 2010. No entanto o perfil conservador dos novos deputados evangélicos foi reforçado. Dos 32 deputados reeleitos e dos 34 novos, 11 pertencem ao PSC; 10 ao PR e 9 ao PRB, todos partidos conhecidos pelo conservadorismo cristão. A cantora gospel Lauriete, eleita deputada federal pelo Espírito Santo, é casada com o presidente do PSC naquele Estado e Deputado Estadual. Lembremos ainda que dos 10 deputados federais mais votados, 3 deles são evangélicos: Garotinho (694.796 votos), 2º colocado; Eduardo da Fonte (330.519 votos), 7º colocado; e Bruna Furlan (270.661 votos), 10ª colocada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção dos evangélicos na política brasileira somente começou a se efetivar após a revolução de 1930. Houve uma freada no decorrer do Estado Novo, porém, ressurge o apetite político depois da democratização posterior a Segunda Guerra Mundial. No período entre 1945 e 1964 políticos evangélicos pertencentes às igrejas evangélicas tradicionais atuaram, alguns deles até com desenvoltura, na Câmara Federal. Sobre eles já escrevemos em outros espaços, inclusive sobre o comportamento dos políticos evangélicos

²³ Saulo Baptista (2009, p. 420) reproduziu e analisou um projeto político elaborado pela Convenção Geral das Assembléias de Deus do Brasil, lançado antes das eleições de 2006, para orientar a escolha dos candidatos “oficiais” da Igreja e obter uma maior “valorização do voto evangélico”. Esse documento, que esteve na home-page da entidade, mas, logo depois da derrota de 2006 ele foi tirado do ar. O pesquisador teve acesso a uma cópia em PDF que lhe foi fornecida por um jornalista. O nome desse projeto é “Cidadania AD Brasil: Projeto Político da CGADB – a valorização do voto evangélico”.

no decorrer da ditadura militar (2005 a; 2005b; 2002). Esses evangélicos foram os primeiros a “sujar as mãos” na política.²⁴

Com o fim do regime militar os pentecostais, talvez estimulados pelas discussões a respeito da Constituinte no período da redemocratização, começaram a se envolver com a política partidária. Foi nessa ocasião que a IURD e a AD passaram a planejar suas campanhas eleitorais. Esse planejamento, fundamentado no cálculo racional, parecia indicar um futuro previsível e estável para a sua atuação política. A racionalização dos resultados por meio do emprego do sistema de metas nas contribuições, na campanhas de marketing, na gestão da Igreja e de seus recursos humanos (pastores e bispos) parecia ter um futuro garantido na IURD também na dimensão política.²⁵

A partir de 2004, surgem as primeiras denúncias de envolvimento de alguns políticos ligados à IURD e a AD em escândalos. Tal envolvimento foi fartamente documentado pela Polícia Federal e Comissões Parlamentares de Inquérito. Com isso, o natural alinhamento que os fiéis pensavam haver entre a honestidade e o comportamento ético dos parlamentares começou a ruir. Na eleição de 2006 pode ter havido, ao lado da falta de habilidade das igrejas em lidar com essa nova questão, especialmente a IURD sem a presença em sua bancada do habilidoso Bispo Carlos Rodrigues, um sinal de esgotamento do modelo do “voto de cabresto” e da idéia de “curral eleitoral”.

É possível que um novo modelo de inserção política de uma cobrança mais moralista esteja surgindo. O discurso da “teologia do domínio” ou do “governo do justo” pode ser uma das alternativas. Aliás, a moralização da discussão política, até no nível da escolha do Presidente da República, deu amostras nestas eleições de que há espaço para os políticos evangélicos caminharem ainda mais para o conservadorismo.

²⁴ Uma honrosa exceção foi a eleição de dois pentecostais em São Paulo, ambos pastores da Igreja Pentecostal O Brasil para Cristo, no início dos anos 60. Levy Tavares foi deputado federal e Geraldino dos Santos deputado Estadual.

²⁵ Patrich Baerte (1997) apresenta algumas limitações quanto ao uso do conceito de escolha racional na Ciência Política. Porém, o conceito de escolha racional, como indicam Rodney Stark e William Sims Bainbridge (2008), podem nos ajudar a entender, ainda que parcialmente, o fenômeno Igreja Universal do Reino de Deus.

Infelizmente a história tem mostrado que nem sempre a democracia sobrevive a momentos de amplas reestruturações, em que políticos, partidos, instituições do executivo e do judiciário passam a sofrer por parte do povo de um esgotamento. Com o fim das utopias que as religiões porventura encarnem o cenário que resta nem sempre é habitado pela liberdade e democracia.

É em cenários como esses que uma visão totalitária de mundo pode emergir. Como toda forma totalitária de organizar a sociedade a prioridade passa a ser o estabelecimento de regras inflexíveis para enquadrar o diferente, tudo o que produz pluralismo e diversidade, itens considerados importantes para o funcionamento de uma democracia. Daí uma pergunta final: há um limite no jogo democrático para o funcionamento e inserção política de grupos organizados no tipo ideal “seitas exclusivistas”, que ao se inserirem com liberdade no espaço político podem levar, eventualmente, ao fim da própria liberdade de se praticar o jogo democrático? A partir daqui é preciso seguir o debate bem conduzido por Emerson Giumbelli (2002) em um texto que estuda os dilemas da liberdade religiosa, de uma forma comparativa, entre Brasil e França.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Gedeon. *Assembléias de Deus – Origem, implantação e militância (1911-1946)*, São Paulo, Arte Editorial, 2010.

ALVES, Rubem *Dogmatismo e tolerância*, Paulinas, 1982

AQUINO, Maria Elizabeth. *Personnas – Gradações do discurso político-religioso no Brasil pós-64*, São Paulo, Átropos Livraria Espírita e de Autoconhecimento, 2003.

BAERT, Patrick. Algumas limitações das explicações da escolha racional na Ciência Política e na Sociologia, In. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ANPOCS, v. 12, n. 35, 1997.

BAPTISTA, Saulo, *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira – Um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*, São Paulo-Belo Horizonte, AnnaBlume e Instituto Metodista Isabela Hendrix, 2009

BRASIL, Alexandre Fonseca In. FRESTON, Paul. (editor) *Evangelical Christianity and Democracy in Latin America*, New York, Oxford University Press, 2008.

BURITY, Joanildo e MACHADO, Maria das Dores Campos, (org). *Os votos de Deus – Evangélicos, política e eleições no Brasil*, op. cit. e *Política e religião – a participação dos evangélicos nas eleições*, Rio de Janeiro, FGV, 2006

CAMPOS, Leonildo Silveira. Protestantes na primeira fase do regime militar brasileiro: Atos e retórica da IPIB (1964-1969). In. *Estudos de Religião*, São Bernardo do Campo, Ano XVI, n. 23, dezembro de 2002, pp. 83-140.

CAMPOS, Leonildo Silveira. De políticos evangélicos a políticos de Cristo: la trayectoria de las acciones y mentalidad política de los evangélicos brasileños en el paso del siglo XX al siglo XXI, en *Ciencias Sociales y Religión*, Porto Alegre, año 7, n. 7, 2005, p. 157-186.

CAMPOS, Leonildo Silveira. De políticos de Cristo: Uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. In. BURITY, Joanildo e MACHADO, Maria das Dores Campos, (org). *Os votos de Deus – Evangélicos, política e eleições no Brasil*, op. cit. e *Política e religião – a participação dos evangélicos nas eleições*, Rio de Janeiro, FGV, 2006

CAMPOS, Leonildo Silveira. Religião, prática política e discurso de evangélicos brasileiros no período republicano. In. SILVA, Eliane Moura, BELLOTTI, Karina K. e CAMPOS, L.S. (Org.) *Religião e Sociedade na América Latina*, São Bernardo do Campo, Edit. Umesp, 2010.

CAMPOS, Leonildo Silveira. *Teatro, templo y Mercado: la comunicacion y el marketing de nuevos pentecostales*, Quito, Abya-Yala, 2000.

CAVALCANTI, H. B. Political cooperation and religious repression: Presbyterians under military rule in Brazil (1964-1974) In. *Review of Religions Research*, v. 34, n. 2, December, 1992, pp. 97-114.

CHESNUT, R. Andrew, *Born Again in Brazil – The Pentecostal Boom and the Pathogens of Poverty*, New Brunswick, Rutgers University Press, 1997

CHILDON, David. *Paradise restored*, Ft; Worth, Dominion Press, 1985.

CHILDON, David. *Days of vengeance*, Ft. Worth, Dominion Press, 1987.

CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, As eleições de 2010, 29/6/10, In. www.npdbrasil.com.br, acesso em 20/11/10 8h30.

CEDI, Centro Ecumênico de Documentação e Informação, Aconteceu no mundo evangélico, Suplemento n. 3, da revista *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, agosto de 1990.

DEBATES DO NER, Dossiê “Religião e política – eleições de 2006”, Porto Alegre, Ano 7, n. 10, julho-dezembro de 2006.

DECÁLOGO EVANGÉLICO DO VOTO ÉTICO In. www.montesiao.pro.br, acesso em 24/07/2006.

FERRARO, Joseph. (coord.) *Religion y política*, Iztapalapa, Universidad Autónoma Metropolitana, 2000.

FRESTON, Paul. (editor) *Evangelical Christianity and Democracy in Latin America*, New York, Oxford University Press, 2008.

FRESTON, Paul. Protestantismo e democracia no Brasil. In: *Lusotopie*, Paris, Kathala, 1999, pp. 329-340.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: Da Constituinte ao impeachment*, Tese de Doutorado, Campinas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 1993.

GAUCHET, Marcel. *El desencantamiento del mundo – Una historia política de la religión*, Madrid, Editorial Trota/Universida de Granada, 2005.

GIUMBELLI, Emerson. *O fim da religião: Dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França*, São Paulo, Attar Editorial, 2002.

GOMES, Geórgia Daphne Sobreira. *O poder da Igreja Universal do Reino de Deus: um estudo sobre a inserção sócio-política dos neopentecostais no Brasil e suas implicações para a democracia (1999-2009)*, Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Doutorado em Ciências Sociais, São Paulo, 2010.

HALLIDAY, Thereza Lucia, *Discursos legitimizantes: A construção retórica da realidade em quatro atos de comunicação pública*, Recife, Imprensa Universitária, 1996.

HOUTEN, Álvaro Cepeda van *Clientelismo y fé: Dinâmicas políticas del pentecostalismo en Colombia*, Bogotá, Editorial Bonaventuriana, 2007

[HTTP://www.igrejauniversal.org.br/ler.asp?cod=25](http://www.igrejauniversal.org.br/ler.asp?cod=25), capturado em 6/11/2002.

KAN, Elio Masferrer. *Religión, poder y cultura – Ensayos sobre la politica y la diversidad de creencias*, Mexico e Buenos Aires, Libros de la Araucaria, 2009.

LOPES, José Rogério. As eleições e o discurso da ética – Apontamentos sobre a porosidade entre as esferas política e religiosa, In. DEBATES DO NER, Dossiê “Religião e política – eleições de 2006”, Porto Alegre, Ano 7, n. 10, julho-dezembro de 2006.

LOPEZ, Gilberto Alvarado. *El poder desde el Espíritu – La visión política del pentecostalismo en el México contemporáneo*, Mexico-Buenos Aires, Livros de la Araucaria, 2006.

LUCKMANN, T. Shrinking transcendence, expanding religion. In *Sociological Analyses*, v. 51, n.2, pp. 127-138.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2006.

MARIANO, Ricardo. Pentecostais e política no Brasil. *Com Ciência Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, Internet, v. 65, 2005.

MARIANO, Ricardo. E PIERUCCI, Antonio F. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor, In. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 34, novembro de 1992, pp. 92-106.

MARIANO, Ricardo; HOFF, Márcio; DANTAS, Toty Ypiranga de Souza. Evangélicos sanguessugas, presidenciáveis e candidatos gaúchos: a disputa pelo voto dos grupos religiosos. *Debates do NER (UFRGS)*, v. 7, p. 65-78, 2006.

MEIRELES, Andrei e PEREIRA, Rafael. Conexão evangélica? Deputados da Universal são acusados de ter participado da criação da máfia dos sanguessugas. In www.eleicoespresidenciais.blogspot.com/2006_07_30_archive.html.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *O celeste porvir: A inserção do protestantismo no Brasil*, São Paulo, Edusp, 2008

MIRANDA, Julia. *Carisma, sociedade e política – Novas linguagens do religioso e do político*, Rio de Janeiro, Delume Dumará, 1999

MIRANDA, Julia. *Horizontes de bruma – Os limites questionados do religioso e do político*, São Paulo, Maltese, 1995;

MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil, *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, Março de 2006, n. 74, p. 47-65.

- NASCIMENTO, Gilberto. A fé no poder. In *CartaCapital*, 4/2/2009, p.9-13.
- NAVARRO, Carlos Garma. *Buscando el Espíritu – Pentecostalismo en Iztapalapa y la ciudad de México*, Mexico, Universidad Autonoma Metropolitana, Plaza y Valdes Editores, 2004.
- NORTH, Gary. *The dominium covenant: Genesis*, Tyeler, Dominion Press, 1987.
- NORTH, Gary. *Political, polytheism> The myth of pluralism*, Tyler, Institute for Christian Economics, 1989.
- NORTH, Gary and DEMAR, Gary. *Christian reconstruction: What it is, what it isn't*, Tyler, Tx. Institute for Christian Economics, 1991.
- ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 53, 2003.
- ORO, Ari Pedro. Ascension et déclin du pentecôtisme politique au Brésil, In. *Archive de Sciences Sociales des Religions*, Paris, n. 149, Janvier-mars, 2010, pp. 151-168.
- ORO Ari Pedro; CORTEN, André; DOZON, Jean Pierre (Orgs.). *Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé*. São Paulo, Paulinas. 2003.
- PEREZ-AGOTE Alfonso y SANTIAGO, Jose (Edit.) *Religion y politica en la sociedad actual*, Madrid, Editora Complutense, 2008.
- PIERUCCI, Antonio Flávio e PRANDI, Reginaldo, *A realidade social das religiões no Brasil*, São Paulo, Hucitec, 1996
- PIERUCCI, Antonio Flávio, 1989, Representantes de Deus em Brasília: A bancada evangélica na constituinte, em *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo, Vértice e ANPOCS, 1989.
- PIERUCCI, Antonio Flávio e MARIANO, Ricardo. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor, *Novos Estudos CEBRAP*, N. 34, NOVEMBRO DE 1992, PP. 92-106
- PIERUCCI, Antonio Flávio e PRANDI, Reginaldo. Religiões e voto: A eleição presidencial de 1994, em *Opinião Pública*, Campinas, v.3, n.1, pp. 20-43, julho de 1995.
- RIO, João do. *As religiões do Rio*, Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar, 1976.

RODRIGUES, Carlos. Homens de Deus na política, in *Igreja Universal do Reino de Deus*. Disponível em: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em [HTTP://www.tse.gov.br/internet/index.html](http://www.tse.gov.br/internet/index.html) capturado em 10/10/2006.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Do alto da colina: Religião e política na história dos Estados Unidos”. In SILVA, Carlos Eduardo Lins da. (org.) *Uma nação com alma de igreja: Religiosidade e políticas públicas nos EUA*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2008.

SANCHIS, Pierre. O mal, a ética, a política e o Brasil, In. BIRMAN, Patrícia, NOVAES, Regina, CRESPO, Samira (org.) *O mal à brasileira*, Rio de Janeiro, Editora da UERJ, 1997.

SOUZA, André Ricardo de. O desempenho político-eleitoral dos evangélicos de 1986 a 2008. In. Revista Brasileira de História das Religiões, Maringá, v. 1, n.3, 2009, disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>

STARK, Rodney e BAINBRIDGE, William Sims. *Uma teoria da religião*, Paulinas, 2008.

TADVALD, Marcelo. Demonização da política ou a política demonizada? Os evangélicos e as eleições federais de 2006. In *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 7, n. 10, p. 79-88, julho/dez. 2006.

TAVORALO, Douglas e LEMOS, Christina. *O Bispo – A história revelada de Edir Macedo*, São Paulo, Larousse, 2007.

TEMPO E PRESENÇA, Dossiê “Eleições 90 – O jogo político brasileiro”, Rio de Janeiro, Ano 12, n. 254, novembro-dezembro de 1990.

TEMPO E PRESENÇA, Dossiê “Eleições 98 – Encaixam-se as peças”, Rio de Janeiro, Ano 20, n. 302, novembro-dezembro de 1998.

ZAMBRANO, Carlos Vladimir. *Confesionalid y política*, Bogotá, Universidad Nacional de Colombia, 2003.

ZARETSKY, Robert. O movimento Tea Party no Texas, In. *Le monde diplomatique Brasil*, Novembro 2010, p.8-9.

WYNARCZYK, Hilário *Ciudadanos de dos mundos – El movimiento evangélico en la vida publica argentina 1980-2001*, Buenos Aires, UNSAM Editora, 2009.